

No ritmo da expansão

Conforme anunciado pelo ministro da Educação Paulo Renato Souza, cerca de um milhão de estudantes de todo o Brasil estarão sendo submetidos ao Exame Nacional do Segundo Grau, que neste primeiro ano de aplicação ficará limitado às disciplinas de português e matemática.

As universidades que quiserem poderão tomar a avaliação como critério de admissão dos candidatos, fugindo assim ao critério exclusivo do concurso vestibular, cujos resultados nem

sempre refletem a formação progressiva e consolidada. Mas não ficarão nisso os méritos do exame: este será o início de um processo permanente de avaliação do Segundo Grau, a compor futuramente, junto com a avaliação nacional do Primeiro Grau e com o exame nacional de cursos nas universidades, um diagnóstico completo, de absoluta necessidade para a definição de políticas educacionais.

O universo que essa primeira experiência atingirá será bastante expressivo do todo. Um milhão de alunos examinados equivale a mais de um sexto das matrículas iniciais no Segundo Grau no sistema público e no particular — 5.739.077, em 1996. Em termos qualitativos, a avaliação priorizará o essencial, o núcleo da aprendizagem,

que condiciona o desempenho do aluno em qualquer área de seu currículo — o português e a matemática.

E o momento está a pedir essa avaliação, sem demora. A matrícula no Segundo Grau é a que mais tem crescido, em termos relativos, nos últimos anos. Em cinco anos, ela passou de 3,77 milhões para os atuais 5,73 milhões. Esse aumento extraordinário da demanda resulta quer das exigências crescentes do mercado de trabalho quer mesmo do melhor aproveitamento do

ensino de Primeiro Grau, constatado nos últimos anos. Tudo está a reclamar, pois, a avaliação, para que o progresso não fique em termos meramente quantitativos; para que essa evolução saudável em si, não resulte em frustração.

As taxas de repetência advertem para o risco dessa frustração. Elas insinuam deterioração da qualidade do ensino, simultânea à expansão. Em 1992, a repetência na 1ª série chegou a 42%; e, em todo o Segundo Grau, a 32%. Como a evasão não é elevada, conclui-se que o Segundo Grau está sendo de baixa eficiência e produtividade, com os números de concluintes bem distantes dos de matrícula inicial. Para cerca de cinco milhões de matriculados em 1993, por exemplo, só 851 mil concluintes.

Este será o
íncio de um
processo
permanente de
avaliação

OUTRA OPINIÃO

Lágrimas de crocodilo

LUCIANO CORDEIRO DE MELO

A iniciativa do Governo de avaliar o resultado da destruição do ensino — causada pela sua política de cortes sucessivos nos recursos públicos e de criminosos repasses para os banqueiros — com um “provão” é mais uma das inúmeras tentativas torpes de tentar engabelar a população com demagogia. Basta lembrar que enquanto o ensino público recebeu menos de R\$ 10 bilhões no ano passado, os bancos privados amealharam mais de R\$ 100 bilhões do Orçamento, R\$ 24 bilhões só com o Programa de Ajuda aos Bancos, sendo que apenas o banco da nora do presidente abocanhou R\$ 12 bilhões — o que representa 90 vezes mais do que o repassado para o custeio de 52 instituições federais de ensino superior e 200 mil vezes mais do que tudo o que foi destinado para o combate ao analfabetismo no país.

É como se um banqueiro, depois de esfoliar a sociedade com juros extorsivos, realizasse uma pesquisa derramando lágrimas de crocodilo sobre a penúria a que se viram relegados seus clientes. O Governo quer matar, mas anuncia que vai chorar no velório.

Mesmo que tal prova tivesse o poder de desnudar a realidade, de forma alguma conseguiria mostrar a gravidade do desmonte provocado pela política de privatização do Estado que vem sendo aprofundada por FH.

Só em São Paulo, a política deseducacional demitiu mais de 36 mil professores, 4.500 seguranças, milhares de merendeiras, desativou mais de 150 escolas, cortou as verbas do transporte escolar e anuncia o fechamento de todas as escolas rurais com menos de 30 estudantes. Da mesma forma, mesmo na capital, a sala que não atingir este número aguarda o mesmo fim. O resultado é previsível, não apenas para a qua-

lidade do ensino — repetência e má formação — mas, também no aspecto quantitativo: mais de cem mil estudantes já abandonaram as escolas estaduais, como aponta o último censo realizado pela Secretaria de Educação do Estado. De tal monta foi a evasão que os professores receberam a ordem expressa de não reprovar ninguém. Além disso, reflexo da demissão de todos os seguranças, a violência aumentou 55% nos estabelecimentos de ensino, com estudantes sendo executados dentro das salas de aula.

Cabe então a pergunta: para que — ou para quem — serviria o “provão”? Para nós está claro que o Governo quer estampar o termômetro, não para medir a sua inconsequência, a consequência direta do arrocho a que

submeteu o setor, mas como prova de uma suposta “incompetência administrativa do Estado”. Isso, segundo a ótica neocolonial de quem está temporariamente usando o Planalto para entregar o país, justificaria o aprofundamento da política privatizante, esvaziando ainda mais o poder do Estado.

O ensino público é a nossa maior estatal. Tão estratégico e fundamental para o país como a Vale do Rio Doce com as suas incalculáveis riquezas ou a Petrobras com as suas reservas gigantescas, é ele quem pode catapultar a Nação, possibilitando o nosso desenvolvimento, ou manietá-la aos interesses externos, à tecnologia obsoleta importada, à dependência científica, tornando o país um mero entreposto comercial.

Seguindo o exemplo de Barbosa Lima Sobrinho, a juventude não abre mão de lutar pelo que é seu, por aquilo que pertence ao povo.

O Governo
quer matar,
mas anuncia
que vai chorar
no velório

LUCIANO CORDEIRO DE MELO é presidente da União Municipal dos Estudantes (Umes) de São Paulo e diretor de escolas públicas da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes).